

A urgência, 40 anos depois 338

por Maria Cristina Fernandes
de Brasília

Há quarenta dias, o Congresso Nacional decidiu entrar em "esforço concentrado" — período que o Legislativo brasileiro define como o trabalho para limpar a pauta de projetos acumulados durante o ano. Até ontem, no entanto, o principal resultado do "esforço concentrado" era um impasse político.

Um exemplo disso é o projeto que prevê a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Já aprovado pelo Senado, o projeto, cuja versão original já é discutida no Congresso há quarenta anos, e é parte da plataforma eleitoral de todo candidato à Presidência da República desde então, teve sua "urgência urgentíssima" para votação rejeitada ontem graças à mobilização do bloco governista.

Dos oito projetos definidos como "prioritários há

quarenta dias na pauta, ainda há sete por votar. Entre eles está o ajuste fiscal e o orçamento geral da União de 1992. Da aprovação do ajuste fiscal depende o orçamento e deste o recurso parlamentar.

As emendas ao orçamento vinculam os dois projetos (só a dotação do Ministério da Ação Social recebeu 27.710) e deles ainda depende a rolagem das dívidas dos estados e municípios, onde está a base eleitoral dos parlamentares.

Não faltam portanto interesses para que se concluam as votações. Ainda assim, a pauta abarrotada resiste ao impasse. "Tempo nós temos, o que falta às vezes é maioria e consenso", dizia o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, à repórter Adriana Vasconcelos no final de novembro.

Há dez dias, almoçando com o presidente Fernando Collor de Mello no Palácio do Planalto, Pinheiro lhe

garantia que a pauta estaria liquidada até o final da semana passada e que não haveria necessidade de convocação extraordinária.

A convocação não apenas se confirmou como, em seu primeiro dia, ainda não produziu resultados. O final do ano legislativo renunciou seu primeiro impasse quando a oposição decidiu obstruir as votações na Câmara enquanto o plenário não deliberasse sobre os vetos presidenciais à política salarial.

Foram quinze dias de obstrução e a oposição acabou derrotada. O governo enviou projeto de lei concedendo abono salarial e conseguiu o apoio do PL, PDS e PTB para manter os vetos.

O Congresso tem até o final desta semana para concluir a votação de suas prioridades entre os 5 mil projetos que tramitam hoje na Casa. Os parlamentares

esperam votar pelo menos três deles — o orçamento da União, o ajuste fiscal e a rolagem das dívidas —, para garantir o caixa da União e de seus estados no próximo ano.

Reduzido reajuste dos parlamentares

O Senado referendou na noite de ontem a decisão da Câmara que, no mesmo dia, reduzira o reajuste anteriormente previsto para os salários dos parlamentares, a partir deste mês. O reajuste, aprovado agora foi de 99,87% sobre o salário de novembro. Como o Executivo já concedera 20% para todos os servidores públicos, o salário de deputados e senadores acumula reajuste de 138,84%. Acrescido da verba de representação, os rendimentos dos deputados e senadores chegarão a Cr\$ 5 milhões. (AG)